

## Seção Memória

# Entrevista com Marta Novick

---

*Entrevista concedida a Marcia Leite e Adalberto Cardoso*

**Marta Novick:** É surpreendente, ao menos para mim mesma, há quanto tempo estou dedicada aos temas da Sociologia do Trabalho. Comecei nos anos setenta, em um contexto político particular de mobilizações populares e, em especial, de forte presença e recuperação do sindicalismo. Era também um momento de “esperança” na América Latina. Meu primeiro tema de estudo na área da Sociologia do Trabalho, no início dos anos setenta, foi a participação dos trabalhadores na gestão das empresas. Era a época do governo peronista, entre 1973-76, e estava relacionado com a discussão sobre a autogestão iugoslava. O debate da época se colocava na tensão participação dos trabalhadores *versus* participação dos sindicatos na gestão da empresa.

A reflexão sobre a ação sindical era central nas ciências sociais da época. Lembro que Francisco Zapata escreveu o artigo “Sociologia do trabalho na América Latina”, no número de homenagem aos vinte ou vinte e cinco anos da revista *Sociologie du Travail*, e nele afirmou que a sociologia do trabalho era, na verdade, a sociologia do sindicalismo. E assim, até vir a crise do taylorismo na Europa, com nossos paradigmas não conseguíamos enxergar outros temas da Sociologia do Trabalho além da ação sindical. Na época, nosso olhar estava muito influenciado pela sociologia europeia, e nela íamos encaixando os temas latino-americanos, ainda que reconhecendo neles uma singularidade própria.

Depois, já na época da ditadura (1976-1983), investiguei as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores. A associação com a questão da saúde permitiu que o tema pudesse ser estudado conjuntamente com as entidades sindicais, apesar da desconfiança que os temas sociais geravam entre os generais do regime. Aplicávamos uma metodologia de avaliação das condições de trabalho que analisava o processo de trabalho, o tipo de trabalho realizado, a carga de trabalho segundo as características de intensidade, rotina etc. Esses trabalhos foram realizados no âmbito de um importante programa lançado pela OIT e que foi implementado inclusive em empresas autogestionárias no Peru. A aplicação da metodologia de estudo das condições de trabalho preparou o caminho para que analisássemos as mudanças nos processos de trabalho derivadas da crise na organização do trabalho taylorista-fordista.

É importante assinalar que, quando estudei sociologia, não havia a especialidade Sociologia do Trabalho, porque, naquela época de utopias de uma sociologia revolucionária, o olhar sobre o mundo do trabalho era o olhar das empresas. Na Argentina, na época, não se pesquisava sobre o campo da Sociologia do Trabalho; o objeto de estudo não era nem o trabalho nem o emprego, sequer seus contextos e circunstâncias. Era uma sociologia do movimento operário ou da ação sindical. Foi quando começaram os primeiros estudos sobre mudanças na dinâmica da produção industrial e seu impacto na urbanização e nos valores, visões de mundo e diferenciação social dos integrantes de uma sociedade. Nesse ponto, Torcuato di Tella y Alain Touraine realizaram um estudo pioneiro em sociologia, no qual estabeleceram vinculações entre o tipo e a forma da produção industrial e seu impacto sobre os modos de sociedade gerados em seu entorno.

O que se analisava e estudava em nível de graduação na faculdade eram temas próprios da Sociologia Industrial. O olhar sobre o trabalho voltava-se para as dificuldades de transformação do mundo rural ao urbano industrial, e como essas mudanças transformavam muitas dimensões no conjunto da sociedade. Não se analisavam processos de trabalho. Até a crise do modelo taylorista-fordista, não houve reflexões sobre o trabalho nem sobre o emprego, exceto nas análises sobre o “exército industrial de reserva” e a discussão capital/trabalho no âmbito da luta de classes.

*Adalberto*: No artigo publicado na revista do CEIL-PIETTE, em que você menciona o trabalho de Touraine e di Tella, você afirma que não

houve, na Argentina, uma influência clara da sociologia norte-americana.

**Marta:** Sim, houve uma influência forte do funcionalismo, nesse aspecto, em estudos sobre sociologia industrial, mas, na verdade, não havia pesquisa empírica no interior das fábricas como na tradição norte-americana. Por isso o trabalho de Touraine e di Tella foi um dos primeiros. Depois vieram os estudos mais vinculados à classe operária, os estudos de Silvia Sigal sobre o tipo de ação e reivindicações dos trabalhadores da indústria automobilística, na linha “da aristocracia operária”, e muita coisa sobre o sindicalismo como ator. Não se analisaram os processos de trabalho, nem a empresa como organização ou sistema.

Há temas que, num momento, estão em evidência e que depois passam para o segundo plano. Hoje o tema do emprego é tão central, que nos esquecemos do que acontece no interior das fábricas. Em alguns estudos que fizemos para o Ministério do Trabalho, os resultados mostraram que os trabalhadores continuam tendo escassa autonomia, longas jornadas e trabalhos repetitivos, mas o olhar está depositado centralmente no emprego e nas formas que adota.

Por isso, quando terminar minha gestão no Ministério do Trabalho eu gostaria de escrever sobre a história do trabalho na Argentina com um olhar mais sociológico, e entender um pouco mais a dinâmica do trabalho e do emprego a partir de uma perspectiva mais conceitual, em sua vinculação com etapas históricas e sociológicas.

**Marcia:** A ideia é fazer uma história do trabalho ou da sociologia do trabalho?

**Marta:** Uma história do trabalho, mas de uma perspectiva sociológica. Minha ideia é retomar muitas de minhas próprias pesquisas, abrangendo distintos momentos, distintas etapas da reflexão sociológica sobre o trabalho (alguma vantagem tem que haver por ser “mais velha”). Por exemplo, minhas primeiras abordagens dentro das fábricas encontraram processos e relações de trabalho do mais puro estilo taylorista; logo testemunhei, em outras pesquisas que desenvolvi, mudanças tecnológicas e organizacionais que afetaram as modalidades de exercício do trabalho nas empresas; mais adiante identifiquei a emergência de modelos híbridos e suas características diferenciais segundo o ciclo econômico ou as políticas sociais aplicadas. Também se deveria incluir nesse relato sobre a história do trabalho em perspectiva sociológica temas referidos a trabalho e identidade social, visões de mundo e expectativas dos trabalhadores.

**Marcia:** De qualquer modo vai ser necessário tomar um pouco os trabalhos produzidos, não? Porque durante muito tempo a sociologia do trabalho não olhava para o trabalho, mas sim para o sindicato, a política...

**Marta:** Sim, é exatamente isso que estou dizendo. Porque, veja, quando nós, do Ministério, dizemos que estamos em uma “nova época”, em um “novo regime de trabalho”, estamos falando a partir de aspectos externos – instituições, sindicatos, evolução do emprego, relações de trabalho – e sabemos muito pouco sobre o que se passa do ponto de vista da subjetividade, do significado do trabalho para as pessoas, é um tema que me parece faltar. Por isso digo que é preciso olhar o trabalho, mais do que a Sociologia do Trabalho. Porque na realidade somos convocados pelo que se passa na sociedade e nas ideias, e como isso nos apela, nos convoca. Por exemplo, minha preocupação em relação ao VI Congresso de Estudos do Trabalho, do ano passado, foi se a Associação (ALAST) reflete o que foi a sociologia do trabalho nestes últimos vinte anos, quer dizer, desde o processo de constituição do grupo que deu origem à ALAST, a partir do Grupo de Trabalho do CLACSO. Nossa preocupação era olhar o que estava ocorrendo como desafio para o mundo do trabalho, pertinente às mudanças tecnológicas e organizacionais e como isso interpelava o sindicalismo e a organização do trabalho. E fomos bons leitores do que se produzia no mundo sobre o tema. Minha sensação, sobretudo no último Congresso, é que deixamos de fazer essas leituras mais inteligentes, boas leituras, para dizer de alguma maneira. Parece-me que, da mesma forma com que fomos interpelados, há vinte anos, sobre o que se passava com as mudanças tecnológicas e as relações de trabalho, hoje, se não incluirmos os problemas dos contextos econômicos e políticos, torna-se praticamente impossível compreendermos o que se passa no mundo do trabalho.

A América Latina está atravessando um período de mudanças muito rico no âmbito político, no qual o social e o laboral adquirem relevância central na definição das sociedades e de seus processos de inclusão. É certo que precisamos recuperar-nos das sequelas e dos danos deixados pelo neoliberalismo, mas creio que é mais do que isso. É algo que se inscreve no novo papel que os países emergentes adquiriram na cena internacional.

**Adalberto:** Deixe-me voltar um pouco no tempo para tentar situar seu trabalho. Você dizia que nos anos sessenta...

**Marta:** Não, setenta, nos sessenta eu ainda não estava...

**Adalberto:** Sim, mas estou falando do período formativo, no Brasil foi um pouco assim também, havia pessoas trabalhando na linha da sociologia industrial e pessoas estudando o sindicalismo, a relação entre sindicatos e política, pessoas de tradição de esquerda, alguns com forte viés ensaístico, porque se estava num processo de formação de capacitação para a pesquisa empírica...

**Marta:** Sim, sim! Veja, na Argentina, um debate verdadeiramente transcendente foi aquele sobre marginalidade, e não apenas este, mas também a discussão sobre de onde vinham os fundos para investigação. Esse foi um grande divisor de águas na história da sociologia argentina que, de alguma forma, tinha que ver com a Sociologia do Trabalho, porque o debate era sobre o exército de reserva...

**Adalberto:** O trabalho de José Nun de 1969...

**Marta:** Sim, o debate de Nun, Portantiero, Murmis e acho que Juan Carlos Marín.

**Adalberto:** E você chegou dialogando com quem? Com que preocupações?

**Marta:** O que me interpelou foi a política. O governo peronista de setenta e poucos e o forte movimento de participação dos trabalhadores. Fiz também algumas pesquisas particulares sobre experiências de autogestão, e outro dia fiquei emocionada porque uma bolsista de Cecília (Senén) havia estado na biblioteca do CEIL e encontrara alguns desses trabalhos meus ainda da época do mimeógrafo! Tínhamos um garoto do CEIL que tinha um sistema de reprodução de textos, tudo sem computador, uma coisa hoje incrível. Havia a ocupação de datilógrafo! Todos nos pegávamos para saber a quem passar nossas coisas, porque éramos todos péssimos datilógrafos... Às vezes, conto essas coisas e as pessoas não acreditam! E é incrível como produzíamos igualmente.

**Adalberto:** E em quantidade!

**Marcia:** Marta, eu estava me perguntando sobre essa coisa da gestão das empresas, ou seja, a questão da participação dos trabalhadores não estava colocada nos anos setenta de maneira tão forte, não é verdade? Isso começou a aparecer com a crise da organização fordista do trabalho, um pouco mais adiante, não?

*Marta:* Mais ou menos, porque, em 1973, justamente, com toda a mobilização dos trabalhadores... Havia uma empresa estatal de eletricidade na Argentina que tinha um sindicato muito vinculado ao tema da participação, e fez todo um movimento de autogestão em todos os setores da empresa. O governo peronista deu a eles a presidência da empresa, e a partir daí instalaram, de maneira ainda embrionária, a forma de participação que se estendeu a muitas empresas que estavam em dificuldades. Ou seja, o que hoje é um movimento de empresas recuperadas, naquele momento tinha mais a ver com o tema da gestão e da “apropriação sindical”. Chegou-se a mais de sessenta empresas com participação sindical.

*Marcia:* Isso não aconteceu no Brasil...

*Adalberto:* Por causa da ditadura.

*Marta:* Nesse sentido, o movimento sindical argentino era muito mais forte do que o sindicalismo brasileiro pré-Novo Sindicalismo, pré-PT. Lembro-me de ter ido a uma empresa metalúrgica entrevistar um diretor operário, e ele me perguntou quanto eu ganhava. Eu era bolsista do Conicet, e ele disse “não, você precisa vir trabalhar conosco”, porque o salário de bolsista do Conicet era muito ruim. Ou seja, eu havia começado a trabalhar como bolsista, nesse tema, e foi quando conheci Julio Neffa, que trazia toda a discussão sobre as empresas autogestionárias. Fui trabalhar com ele porque havia lido seus trabalhos sobre o tema, o que ele havia traduzido dos iugoslavos (e veja do que estou falando! – já não existem mais iugoslavos nem autogestão), então, Julio me propôs trabalhar com ele. Antes de começar minha bolsa do Conicet, o então Ministro da Economia, [Antonio Francisco] Cafiero<sup>1</sup>, pediu ao CEIL uma investigação sobre as empresas com participação dos trabalhadores. Eu fiquei com a coordenação do trabalho e, em 23 de março de 1976, iniciei o trabalho de campo, lembro-me perfeitamente. Saímos, decidimos quem seria a chefe do campo, e o título do diário vespertino era “Já está tudo dito”, porque vinha o golpe [militar]. E nós dissemos: “Que pessimista!”. E fomos em frente, porque o questionário era para todas as empresas com participação operária/sindical. Mas o segundo ou terceiro decreto da junta militar foi eliminar todas as formas de participação. E, em algum momento, alguém de uma das empresas que estavam a cargo dos militares, ligou para o Ministério da Economia e perguntou que investigação era aquela. Neffa me ligou para me avisar, e eu o que fiz? Chamei as meninas que estavam em campo e disse: “Terminem rápido”.

Não tínhamos ideia de onde estávamos nos metendo, mas com esse delírio, tivemos os dados. E depois, por muito tempo, não quisemos publicar, porque era quase subversivo. Mas, em algum momento, Floreal Forni, diretor do CEIL (Neffa já estava no exílio), me disse: “Marta, se não publicarmos vão nos roubar todos os dados”, e então publicamos como um dos informes do CEIL, desses informes pequenos, e foi esse que a bolsista de Cecília encontrou, esse pedaço da pré-história.

*Marcia:* De que ano é o informe?

*Marta:* 1978-1979. Tinha uma parte que era um estudo da bibliografia sobre autogestão e participação. Em nossos estudos posteriores – analisando os processos e a organização do trabalho nas firmas –, vimos as mudanças progressivas que ocorriam no mundo do trabalho, introdução de novas tecnologias, novas formas de organização, formas de intensificação do trabalho, convivência de formas virtuosas com formas perversas de organização do trabalho. Também vimos o efeito das políticas neoliberais sobre o mundo do trabalho e sua forma de afetar o nível de emprego, de criar formas de trabalho precarizado e terceirizações espúrias.

Nos demos conta, nesses estudos, das mudanças tecnológicas e organizacionais e das transformações que afetaram os sistemas produtivos (terceirização, subcontratação etc.). Contudo, trabalhamos menos com os temas de desemprego, pobreza e exclusão. Hoje, em muitos de nossos países, o trabalho se converteu no principal fator de inclusão social. Parece-me que não estamos apreendendo-o em toda sua importância, em toda sua centralidade, pois é o dispositivo que permite às pessoas saírem da pobreza e conseguirem posições sociais mais estáveis. O trabalho é, sobretudo quando protegido, um dispositivo que consagra direitos, recupera-os se tiverem sido conspurcados e os estende e aprofunda em sua capacidade de gerar cidadania.

Creio que a Sociologia do Trabalho na América Latina tem diante de si um desafio muito importante: voltar a escutar nossas sociedades e os desafios do trabalho com uma nova significação. É importante que a Sociologia do Trabalho rompa uma vez mais com os velhos paradigmas e desenvolva novos marcos conceituais que incluam dimensões da economia e da política. Devemos responder – com olhar crítico –, mas acompanhando o processo de transformação de nossos países. Como diria Méda, em cada etapa histórica é possível ter diferentes visões e atribuir diferentes significados ao trabalho.

Podemos ter diferentes significados e visões também com respeito à história oficial da Sociologia do Trabalho dos países centrais. Enrique de la Garza indica que os novos estudos latino-americanos em Sociologia do Trabalho mostram que esse processo de diferenciação começa a surgir entre os sociólogos do trabalho do subcontinente.

Transcrição e tradução de Adalberto Cardoso



## NOTAS

1. Dirigente peronista nascido em 1922, Ministro da Economia em 1975-1976.